

HABEAS CORPUS Nº 548.897 - SP (2019/0358326-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : PAULO FELIPE AZENHA TOBIAS E OUTRO
ADVOGADOS : PAULO FELIPE AZENHA TOBIAS - SP280819
GABRIEL DE PAULA SILVEIRA - SP384798
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FRANCISCO GARCIA PONGELUPI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. DETERMINAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. GRAVIDADE E PENA A CUMPRIR. FUNDAMENTOS INIDÔNEOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. OCORRÊNCIA.

Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Francisco Garcia Pongelupi**, em que se aponta como autoridade coatora a Décima Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Narram os autos que o paciente obteve a progressão ao regime semiaberto no PEC n. 0008019-87.2018.8.26.0026 (fls. 50/51). Irresignado, o Ministério Público recorreu, tendo a Corte estadual sustado cautelarmente a progressão de regime deferida, determinando a realização de exame criminológico, a fim de que seja verificada a adequação da progressão ao regime semiaberto (fls. 11/17 – Agravo em Execução n. 0006181-75.2019.8.26.0026).

Daí o presente *writ*, em que se alega, em resumo, que, *no caso sub judice*, a exigência sugerida pelo Ministério Público mostra-se totalmente arbitrária e desnecessária, com jurisprudência desta Corte consoante com o entendimento da defesa do paciente, sendo plenamente possível o restabelecimento do regime anterior em que se encontrava (fl. 9).

Requer-se, então, *liminarmente a concessão de ordem de habeas corpus*, para cassar o acórdão proferido nos autos do Agravo em Execução n.

Superior Tribunal de Justiça

0006181-75.2019.8.26.0026 e restabelecer a respeitável decisão do Juízo de primeiro grau que deferiu o pedido de progressão de regime prisional da paciente (fl. 10).

E, no mérito, pede-se a confirmação da liminar, caso deferida.

É o relatório.

Extrai-se do acórdão ora impugnado (fls. 13/14):

[...]

Consoante se depreende dos autos, não obstante o recorrido tenha comportamento carcerário classificado como “bom” (fl. 23), é certo que cumpre pena privativa de liberdade de 11 (onze) anos, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, pela prática de crimes de roubo majorado, com término da pena prevista para o dia 30 de junho de 2028 [...]

Ora, o *Superior Tribunal de Justiça* já se manifestou no sentido de que a gravidade do crime ou a longa pena a cumprir não constituem fundamentos idôneos para indeferir o pedido de progressão de regime, especialmente quando dissociados de elementos concretos, ocorridos no curso da execução penal (HC n. 248.488/SP, Ministra Assusete Magalhães, Sexta Turma, DJe 30/10/2012).

Confirmam-se, por exemplo: o HC n. 306.516/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 12/12/2014; e o HC n. 286.099/RJ, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 16/8/2016.

Ante o exposto, **concedo liminarmente** a ordem para restabelecer a decisão do Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal DEECRIM 3ª RAJ, nos autos do PEC n. 0008019-87.2018.8.26.0026

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator